

RIBEIRO, A. E. **Em busca do texto perfeito**: questões contemporâneas de edição, preparação e revisão textual. Divinópolis (MG): Artigo A, 2016.

DO ORIGINAL À PUBLICAÇÃO: UM PROCESSO COM MUITOS ATORES

André Luiz Silva¹
Flávia Pereira Dias Menezes²

O que faz o copidesque? Qual a diferença do trabalho do preparador textual para o do revisor? Como deve ser a atuação de um editor de livros? É da mesma forma que a de um editor de jornais? Essas e outras perguntas são, se não respondidas integralmente, ao menos apresentadas e debatidas atentamente por Ana Elisa Ribeiro no livro *Em busca do texto perfeito: questões contemporâneas de edição, preparação e revisão textual*, publicado em 2016 pela editora Artigo A.

O público-alvo ao qual a obra se destina é, sobretudo, alunos oriundos dos cursos de Comunicação Social e Letras, os quais são, em sua maioria, os profissionais que integram as editoras e outras instâncias que lidam com preparação, revisão e edição textuais. Todavia, em tempos de superabundância de publicações digitais (*e-books*, *blogs* etc), a leitura da obra é salutar a todos, sobretudo às pessoas que não têm a escrita como atividade central, mas que em algum momento se veem autoras (de tese, de apostilas, de livro), de maneira que possam compreender os processos editoriais e as funções que cabem a cada um dos muitos mediadores que participam desse caminho do original à pós-publicação.

Para além dos títulos acadêmicos (três pós-doutorados, em Comunicação, Linguística Aplicada e Estudos Literários) e das inúmeras pesquisas que realiza sobre o universo da escrita profissional, Ana Elisa Ribeiro vivenciou e vivencia cotidianamente os meandros e os processos editoriais, já que atuou com edição, revisão e preparação textual em diversas editoras de Belo Horizonte, e é autora de várias obras literárias, em sua maioria poesias, sendo, inclusive, premiada por muitas delas.

A obra está dividida em cinco capítulos (sem contar considerações iniciais e finais e referências). No primeiro capítulo, *(In)distinções entre as atividades do preparador e do revisor de provas na produção de livros*, Ribeiro (2016) busca não apenas circunscrever o que cabe ao preparador de texto, ao revisor e ao editor durante a produção dos “objetos de ler”,

¹ Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagens do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG), Belo Horizonte, Brasil, e-mail: andre.alvaresesilva@gmail.com

² Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagens do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, Belo Horizonte, Brasil, e-mail: flaviapdias@yahoo.com.br

mas, ademais, advertir o quão flexíveis os profissionais do texto têm de ser em seus ofícios. Para isso, a autora dialoga com obras cujo objetivo é, em menor ou maior grau, delimitar (ou, como posto, limitar) o fazer de cada um dos profissionais intrínsecos à mediação editorial. Nesse sentido, após tecer considerações sobre a atual formação dos profissionais do texto, seja na Letras, seja na Comunicação Social, e apresentar pesquisas realizadas com estudantes desses cursos, mostrando o desconhecimento (ou a falta de precisão) deles em relação ao fazer dos mediadores editoriais, Ribeiro (2016) advoga em favor de uma formação generalista “[...] a partir da qual o profissional possa atuar em todas as etapas e saiba, quando necessário, atuar em apenas uma delas [...]” (p. 31).

No segundo capítulo, *Representações do revisor de texto*, a autora tenta desconstruir o imaginário de que o revisor é um “policia da língua”, advogando em favor de uma revisão (e de um revisor) flexível, que leve em conta toda a dimensão que perpassa a língua(gem). Para isso, inicialmente, Ribeiro (2006) suscita discussões sobre os sintagmas “norma padrão”, “norma culta”, “variantes cultas” e os usos da língua na imprensa, trazendo para o rebu autores como Marcos Bagno e Carlos Alberto Faraco. Num momento posterior, ela analisa quinze crônicas de Eduardo Almeida Reis, no caderno de *Esportes*, do jornal *Estado de Minas*, atentando-se, especificamente, para os diálogos que esse autor trava com o “jovem revisor” (personagem?), prescrevendo como e quando este deve atuar e interferir no texto dele³.

No capítulo três – *Revisão de textos e “diálogos” com o autor: abordagens profissionais de processo de produção e edição textual* –, Ribeiro (2006) traça (ou se propõe a traçar), inicialmente, algumas diferenças em relação ao fazer do revisor e do preparador de textos, muito embora assuma: “A linha que separa preparar de revisar textos é imprecisa e, atualmente, teve sua inexatidão aumentada pelas tecnologias digitais” (p. 63). Na tentativa de compreender essa distinção, a autora, com base nos escritos de Roger Chartier (historiador do livro), apresenta um percurso histórico das atuações do preparador e do revisor, desde o século XVI com os textos teatrais. Em um segundo momento do capítulo, ela ressalta os tipos possíveis de correções que esses “leitores profissionais” lançam mão, como resolutivo, indicativo, classificatório e interativo. Posteriormente, ela trata da revisão em sala de aula, que envolve professor e aluno, e como esta se assemelha (ou não) àquela que ocorre entre autor e revisor; nesse sentido, vale destacar, conforme evidencia a autora, que, em dadas situações, a

³ A análise completa das crônicas de Eduardo Almeida Reis pode ser lida em: RIBEIRO, A. E. Recados ao revisor de textos: representações do profissional de texto nas crônicas de Eduardo Almeida Reis. *Verso e Reverso*, São Leopoldo (RS), v. 22, n. 51, p. 1-15, 2008.

revisão de cunho editorial pode suscitar um viés pedagógico, quando o revisor abre mão de uma simples correção para intervir de maneira interativa e dialogada com o autor.

Em *Escrevendo as horas: usos e convenções de uma abreviatura*, capítulo 4 do livro, Ribeiro (2006) reflete sobre escolhas e convenções adotadas a bel-prazer, por autores de gramáticas, manuais de redação e outras obras dedicadas à produção textual, mas que têm caráter normativista. Nesse sentido, expõe, inicialmente, algumas considerações em relação à língua falada x língua escrita, “norma padrão” x “variantes cultas”, entre outras questões correlacionadas. Posteriormente, apresenta o resultado de uma pesquisa que realizou entre alunos de Engenharia de uma instituição pública de ensino de Minas Gerais em que observou, entre outros aspectos, o modo como esses estudantes grafavam a abreviatura da palavra “hora”. Antes de analisar a escrita desses alunos, a autora realizou consulta a gramáticas, manuais de redação, guias para “escrever melhor”, dicionários de dúvidas etc., a fim de observar o modo com os autores dessas obras tratavam a questão. O que ela pôde observar foi que, embora houvesse relativo consenso entre eles para a abreviatura, não havia explicações sobre tais escolhas adotadas, só norma, pura e simplesmente⁴.

No quinto e último capítulo do livro – *Relações virtuais, edições de papel e a renovação da literatura brasileira* –, Ribeiro (2006) debate autoedição e edição independente possibilitadas pelas novas tecnologias de informação. Assim, ela apresenta um estudo de caso, diálogos por e-mail entre um escritor mineiro e um editor paulista, entre 2001 e 2002, sobre a publicação de uma obra daquele. As trocas de mensagens, como mostra a autora, ocorrem durante todas as etapas de concepção da obra, desde a avaliação do original, passando pela produção e diagramação, pelo marketing, lançamento, distribuição, até o pós-lançamento⁵.

Um ponto específico e de grande relevância para a obra e para quem vier a lê-la é a seção *Vamos pensar em edição*, que marca presença em todo final de capítulo. Embora nas considerações iniciais Ribeiro (2006) afirme que não dará dicas de língua padrão, em cada capítulo há proposições de atividades práticas e pedagógicas para se pensar o ofício de escrever e revisar, além de sugestões de obras literárias e filmes que tematizam o universo dos “leitores profissionais”, isso sem contar as inúmeras referências técnicas que a autora sugere para aqueles que querem se aventurar na mediação editorial.

⁴ A pesquisa completa pode ser lida em: RIBEIRO, A. E. *Escrevendo as horas: usos e convenções de uma abreviatura*. **Linguagem & Ensino**, Pelotas (RS), v. 13, n. 1, p. 101-119, 2010.

⁵ A análise completa foi apresentada no 2º *Seminário Brasileiro Livro e História Editorial* e está disponível em: <goo.gl/dZMk80>. Acesso em: 18 fev. 2017.

Dois aspectos menores que se sobressaem durante a leitura, ainda que sejam sutis, são, primeiro, a reprodução dos mesmos trechos textuais em partes de dois capítulos distintos, o segundo e o quarto. Nas páginas 41-42 (cap. 2) e 79-80 (cap. 4) há trechos que se repetem. Isso, obviamente, não invalida a importante discussão que se trava ali, sobre a presença e a importância das “colunas de dicas de português” nos jornais impressos desde o início do século passado, prescrevendo normas com *status* de força legal. O segundo aspecto, de âmbito técnico, é o erro de numeração das notas de rodapé na página 28 e a ausência de algumas referências usadas na obra, como Serafini (1989) e Ruiz (2001), página 70.

Evidentemente que tais minúcias não invalidam o caráter positivo de toda a obra, de grande valia e recomendável para alunos, profissionais e interessados em conhecer os processos editoriais, de modo que os leitores, após concluírem sua leitura, ainda que não consigam “achar” o texto perfeito e que a busca continue, ao menos entenderão que “[...] os textos que lemos [não] são resultado de uma interação triádica, isto é, entre autor, leitor e texto” (p. 9), mas que há muitos atores e processos intrínsecos à mediação editorial.

Data de recebimento: 18 de fevereiro de 2017.

Data de aceite: 21 de junho de 2017.